

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Ata da 28ª Reunião Ordinária do CAP - Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Data : 22.09.95
Horário : 10:00 horas
Local : APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Presidido pelo Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Junior, Presidente do CAP e na presença dos Conselheiros, todos constantes do Livro de Presença, foi realizada a 28ª reunião Ordinária do CAP, no Centro Administrativo Taguaré.

Ao iniciar os trabalhos o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, convidando a participar da mesa o Senhor **Osmar Luiz Rebelo de Oliveira** e **Wilen Manteli**, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Privativos - ABTP.

1. Expediente

a) A aprovação da ATA deu-se por unanimidade, com o protesto do Conselheiro Carlos Roberto Frisoli pelo atraso (mais de 5 dias) na entrega.

b) Posição dos Operadores Portuários

A APPA enviou relatório onde constam 43 Pré-Qualificados como operadores Portuários.

c) Correspondência

2. Expedida:

a) Ofício do CAP encaminhando ao Sr. Superintendente da APPA cópia do Ofício Circular nº 016 de 26.06.95 do Diretor de Portos e Hidrovias - DPH do Ministério dos Transportes sobre a elaboração pela APPA do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

b) Comunicação nº 019/95 do CAP ao Superintendente da APPA encaminhando cópia do **PIMOP**, publicado no Diário oficial nº141 de 25.07.95 e ressaltando a Revisão/Aprovação do Plano de Desenvolvimento Zoneamento do Porto que deverá ser aprovado pelo CAP até 28 de novembro de 1995.

A respeito do assunto o Sr. Presidente informou ter recebido o Ofício nº 476/95 de 21.09.95 onde o Sr. Superintendente acusa o recebimento de cópias das ações do PIMOP e informa que no item 2 do ofício que não fica caracterizado na alínea b-5 do inciso I - A por não se tratar de Cia Docas e que está mantendo contactos com o Ministério dos Transportes visando esclarecer o assunto e, que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto encontra-se em elaboração.

O Presidente do CAP, diante das colocações disse que consultaria ao Ministério dos Transportes solicitando orientação.

O Superintendente da APPA com base no Programa de Privatização item 2.3 acrescentou que as concessões estão fora do processo das Cias. Docas, dizendo, ainda, que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto é do interesse do Governo do Estado que, depois de pronto seria submetido ao Conselho.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

c) Comunicação nº 020/95 de 31.08.95 do CAP ao Sr. Silvio Gori encaminhando cópias dos Convênios celebrados entre a APPA e a Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN.

d) Ofício nº 014/95 de 18.09.95 ao Sr. Marcos Vinicius Mendes Bastos - Secretário de Produção do Ministério dos Transportes, encaminhando notícias veiculadas pela imprensa sobre o aforamento por parte do SPU de uma área de 16.000 metros quadrados em favor da Empresa Centro Sul Serviços Marítimos, contendo informações complementares.

A respeito do assunto o Sr. Presidente informou ao CAP que solicitou informação uma vez que a medida adotada pela Centro Sul não se enquadra na Lei 8630/93 nem nas diretrizes do Governo Federal.

e) Ofício nº 015/95 de 19.09.95 ao Sr. Superintendente da APPA, solicitando a indicação de um relator para reajuste de tarifas a ser designado pela presidência do CAP, em cumprimento ao Artigo 15, Inciso II do Regimento Interno do CAP.

A propósito o Sr. Presidente informou ter recebido da APPA Ofício onde declara que não indicará ninguém para ser relator sobre o Reajuste de Tarifas Portuárias tendo em vista não entender a necessidade desta obrigatoriedade pelo contido na Lei 8630/93 e que os estudos de tarifas estão em processo de elaboração e tão logo estejam prontos serão submetidos à aprovação do CAP ou não.

O Presidente esclareceu que a introdução do item Tarifas na pauta foi para que a APPA desse notícias dos estudos e posteriormente pedisse a reunião extraordinária para a devida homologação.

Em seguida, pediu uma data para que o Sr. Superintendente pudesse expor o assunto.

3. Recebida:

a) Ofício nº 349 de 04.09.95 do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá ao CAP comunicando sua posição a respeito da Assembléia Geral Extraordinária do OGMO/PR marcada para o dia 05.09.95 às 15:00 horas e solicitando ao Presidente do CAP sua intercessão no sentido de adiar referida reunião.

Referido Ofício foi lido integralmente pelo Sr. Presidente, a pedido do Conselheiro Arivaldo Barbosa do Bloco dos Trabalhadores.

Sobre o assunto o Sr. Presidente disse ter entrado em contacto com a Diretoria do OGMO que informou ser aquela reunião para tomar providências internas a fim de organizar administrativamente o OGMO, o que foi confirmado pelo Conselheiro José Silvio Gori.

O Conselheiro e Superintendente da APPA disse ter recebido também correspondência dos trabalhadores e do OGMO e que manifestou-se contra a qualquer posicionamento que venha atrapalhar ou se interpor ao trabalho que vem sendo executado pelo GEMPO e em seguida pediu o adiamento "Sine-die" daquela reunião.

b) Ofício nº 437/95 de 05.09.95 da APPA ao CAP dando conhecimento de medidas tomadas em relação ao aforamento da área arrendada à Centro Sul Serviços Marítimos e encaminhando cópias de documentos enviados ao Ministério dos Transportes e Serviço do Patrimônio da União a fim de se contrapor ao processo.

O Sr. Presidente em face das informações prestadas (Ofício da APPA e posição do Bloco dos Trabalhadores) disse ter solicitado ao Ministério dos Transportes orientação a respeito. Com o mesmo teor enviou correspondência ao GEMPO, tendo o Secretário Executivo do mesmo participado que iria solicitar ao Ministério da Fazenda uma investigação a respeito.

c) Ofício nº 442/95 de 06.09.95 da APPA ao CAP solicitando reunião extraordinária do Conselho para o dia 08.09.95 com a pauta que especifica.

d) Ofício nº 448/95 de 08.09.95 da APPA ao CAP encaminhando cópia da mensagem fac-símile de nº 144 da APPA ao Secretário do GEMPO para divulgação aos demais Conselheiros do CAP.

e) Ofício nº 029/95 de 18.09.95 do SINDOP ao CAP encaminhando para conhecimento cópia da Certidão de Julgamento dos processos publicados no Diário Oficial da Justiça sobre Dissídio Coletivo - Federação dos Trabalhadores contra FENOP.

f) Ofício nº 465/95 de 16.09.95 da APPA ao CAP, fazendo considerações a respeito do Sr. Presidente do CAP em não convocar reunião extraordinária e sugerindo a inclusão de 05 (cinco) itens na pauta da reunião do dia 22.09.95.

Por ser matéria já mencionada em ofícios anteriores o Sr. Presidente informou tratar do assunto ao final da reunião.

g) Ofício nº 032/95 de 20.09.95 do SINDOP ao CAP solicitando inclusão na pauta da reunião do dia 22.09.95 para decisão, atuação dos Operadores Portuários pré-qualificados na APPA.

O Sr. Presidente reportando-se informou que, na reunião extraordinária destinada à tarifa Portuária incluirá o pleito do SINDOP.

h) Ofício nº 037/95 de 21.09.95 do SINDOP ao CAP informando visita à reunião do CAP do Diretor da Associação Brasileira dos Terminais Portuários Privativos (ABTP).

i) Ofício nº 045/95 de 18.08.95 do SINDAPAR (Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Paraná) encaminhando em anexo (6) um relatório consubstanciado sobre custos e serviços no Porto de Paranaguá com realce para utilização dos Práticos e os reajustes salariais pretendidos pelos mesmos.

O Sr. Presidente do CAP leu o inteiro teor do Ofício que encaminhou referido relatório para conhecimento do Conselho e comentou sobre a necessidade de ser adotada uma linha de ação comum a todos. Em seguida passou ao Conselho um trabalho sobre Custo Brasil trazido à reunião pelo Conselheiro Carlos Roberto Frisoli.

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho reportou-se à problemática da redução de custos e o Custo Brasil cumprimentando os responsáveis pelo trabalho e ofereceu ao Conselho um filme que trata justamente do Custo Brasil, acrescentando ser obrigação do CAP essa preocupação.

j) Ofício nº 035 SEPRO (Ministério dos Transportes) de 28.08.95 informando sobre a aprovação do Programa de Privatização dos Portos Brasileiros e encaminhando cópia do mesmo.

Comentando o assunto o Sr. Presidente disse que dará notícias do assunto já no item nº 1 da pauta.

k) Ofício nº 002 de 21 de setembro de 1995 da Intersindical ao CAP comentando palestra proferida na 27ª reunião do CAP pelo Dr. Luiz Antonio Pereira de Carvalho sobre o trabalho feito para o SINDADUBOS e reivindicando o conhecimento antecipado do teor da palestra ao Bloco dos Trabalhadores.

O Sr. Presidente manifestou-se favorável a idéia de antecipação dos teores das futuras palestras, com o apoio do Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho e José Anibal Petráglio que completou dizendo que o CAP é um órgão superior às pendências de cada Bloco e que pessoalmente é contra as palestras dadas a nível de porto, porque elas criam expectativas e se contrapõem a interesses dos concorrentes. por isso entende que o colegiado deve analisar antes, fazer uma triagem e, se achar por bem, manifestar-se, posicionando-se.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Sr. Presidente propôs, se houver consenso, que palestras sejam feitas fora do âmbito do Conselho citando o auditório da APPA desde que fosse do interesse dos Blocos.

O Conselheiro Antonio Furlan, ainda sobre o assunto disse que não compete aos membros do CAP esse tipo de atividade, mas entende que tudo o que possa contribuir para o enriquecimento do Conselho, é bem-vindo.

Em seguida referiu-se à posição do Sr. Presidente a respeito do episódio envolvendo a Centro Sul dizendo que cabe a ele pronunciar-se ad-referendum do CAP, mas que o assunto exigia reunião extraordinária.

A Conselheira Maria do Socorro solidarizou-se com o que disse o Conselheiro Pedrinho Furlan e o que dissera o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho.

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho ao tecer considerações sobre as funções do Conselho, enfatizou a perda de tempo com discussões sobre interesses localizados, completando que o CAP não pode se sobrepor aquilo que não for suas atribuições.

Em seguida referindo-se à questão da Centro Sul o Sr. Presidente leu o ofício que encaminhou ao Dr. Marcos de Vinicius Mendes Bastos do SEPRO - Ministério dos Transportes com notícias sobre o aforamento e pedindo orientação a respeito.

Indagado pelo Presidente o Conselheiro e Superintendente da APPA informou que as providências tomadas pela Autarquia estão relatadas no ofício nº 437/95 de 05.09.95 dirigido ao CAP e que o processo de aforamento pedido pelo porto sumiu no caminho para Brasília e que o pedido de arrendatário foi feito sem consulta ao Ministério dos Transportes como determina a Lei. O Superintendente informou em seguida ter tomado várias providências de caráter administrativo e político para se contrapor ao aforamento, inclusive, fazendo publicar uma Declaração nos jornais mais importantes do Estado e do País.

Sugeriu, após, a participação de todos os Blocos no sentido de reverter a situação.

A Conselheira Maria do Socorro falou sobre a perplexidade reinante entre as autoridades federais, inclusive, do GEMPO com as quais o Bloco dos Trabalhadores manteve conversações a respeito desse aforamento, informando ter o Bloco dos Trabalhadores ingressado na Procuradoria Geral da República com uma Ação de Nulidade do ato do SPU em favor da Centro Sul Serviços Marítimos.

O Sr. Presidente informou ao Conselho que na Capitania dos Portos deu entrada documento do SPU indagando se a Marinha tem alguma coisa a opor a respeito de uma área de 2.115.374 m² entre a FOSPAR e o Embocui e na Baía de Paranaguá, explicando que a manifestação da Marinha é dada em razão da segurança da navegação ou, futuramente, construção de base etc. O nada a opor da Marinha é nesse sentido.

Em seguida, depois de várias considerações feita em razão da importância do assunto, o Conselheiro Pedrinho Furlan aprovou em nome do seu Bloco a posição assumida pelo Sr. Presidente "ad-referendum" do CAP.

ORDEM DO DIA

1. Privatização dos Portos

O Sr. Presidente fez comentários em torno dos temas e aproveitou para passar as mãos dos Senhores Conselheiros, para conhecimento, cópias de um trabalho

realizado pelo SEPRO do Ministério dos Transportes com o título "Privatização dos Portos Brasileiros - Programa de Ações".

2. Levantamento de Trabalhadores Portuários

Referindo-se ao item 2 o Sr. Presidente disse dar notícias do que foi determinado pelo Governo Federal para que a Marinha através da Diretoria de Portos e Costas e suas Capitânias, Delegacias e Agências realizem o levantamento dos trabalhadores portuários. Disse que existe instalada uma equipe de coordenadores de qual participa o Ministério do Trabalho, os Sindicatos, os Operadores Portuários cujos trabalhos estão compreendidos no período de 26 de setembro a 29 de dezembro de 1995 que deverá levantar um horizonte de cerca de 7000 trabalhadores inclusive o Porto de Antonina. Esse levantamento será realizado na Capitania dos Portos e a idéia é entrevistar 140 trabalhadores por dia.

3. Relatório das Atividades da APPA

O Conselheiro e Diretor Técnico da APPA, Luiz Ivan de Vasconcellos começou o relatório deste mês referindo-se à movimentação de açúcar que no período janeiro/agosto atingiu 213.078 ton. interligando a APPA os mais diversos sistemas. Até o fim do ano a expectativa é movimentar mais 100 mil toneladas.

Com respeito ao TECON disse que no mesmo período foi movimentado 46,5% a mais que o mesmo período do ano passado e que vai incrementar até o final do ano cerca de 50%.

Com relação ao Corredor de Exportação a movimentação de grãos caiu em função do soja. relativamente a equipamentos a APPA está operando com 12 deles, incluindo o de Antonina.

Informou ainda que a APPA está trabalhando no Plano de Segurança Portuária.

Para que não haja um crescimento portuário desordenado a APPA está mandando fazer um estudo de análise de Meio-Ambiente.

Complementando, o Superintendente informou que dentro da política da APPA de atrair novas cargas e novos clientes acertou para os próximos meses mais 475 mil toneladas de açúcar. Depois disse que a APPA está assinando convênio com o "Centro Internacional de Negócios", criado pelo Banestado e que tem mantido contactos com a Argentina que deseja ter em nosso Porto um terminal como o do Paraguai.

O Conselheiro Luiz Phillippe de O. Figueiredo quis saber mais sobre as dificuldades na movimentação de Contêineres e foi informado que o espaço ocupado por veículos, cerca de 20 mil metros quadrados será devolvido aos contêineres.

Depois o Conselheiro que representa os Armadores registrou preocupação que o índice da espera atingiu valores inaceitáveis e que alguns Armadores pensam deixar Paranaguá, porque não suportam mais os níveis de espera. Em seguida reclamou soluções a curto prazo a fim de que não se perca esse mercado.

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho que vai tomar posse no Sistema FIEP disse existir naquela Federação uma Comissão de Transportes e Infra-Estrutura e ofereceu ao CAP duas vagas no Conselho Temático de Federações. Em seguida falou da visita que os empresários paranaenses fizeram ao Paraguai e da entrevista com seu Presidente e Ministro da Economia. Segundo o Conselheiro os empresários foram ver o que pensava o governo paraguaio concluindo que, se o Brasil é importante para o Paraguai o Paraná é muito mais. Na sua opinião dentro de todo um projeto de integração é mais interessante, que a Ferroeste vá até Fóz do Iguaçu fazendo uma interligação com os paraguaios.

O Conselheiro José Luiz Boabaid quis saber se a APPA vai terceirizar apenas a utilização de empilhadeiras ou vai ampliar essa idéia, e obteve como resposta que a APPA está estudando.

O Sr. Presidente sugeriu, dada à importância do assunto que fosse colocada na pauta da reunião extraordinária a ser realizada pelo CAP discussão sobre Orçamento haja visto que o Orçamento do Estado do Paraná, publicado na mídia que contemplou as rodovias, não incluiu o porto.

Depois o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Presidente da ABTP Osmar Luiz Rebelo de Oliveira que disse, que a história da atividade portuária de Paranaguá tem muito a ver com a ABTP, depois fez diversas incursões sobre o tema modernidade afirmando que todos no CAP demonstram querer essa modernidade como se verifica pelos discursos. Na sua avaliação, desde que hajam rumos certos, sérios os investimentos chegam ao porto. Destacou a importância da participação dos trabalhadores que, em muitos pontos se identificam com os empresários.

Disse que não podemos esmorecer no sentimento de brasilidade. Em seguida agradeceu a oportunidade de poder compartilhar com os Conselheiros, seus problemas, enaltecendo o nível do debate que surpreende pelos propósitos como as coisas são discutidas, afirmando que se as coisas forem colocadas em prática o Paraná e o Brasil ficarão gratos a todos os Conselheiros.

4. Apresentação pela APPA dos Resultados da Batimetria e Cálculo de Volume de Dragagem Realizados pelo DHN.

O Sr. Presidente disse que a Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN realizou trabalhos de batimetria e o cálculo de volumetria e esses trabalhos foram apresentados ao Exmo. Governador no dia 6 pelo Vice Almirante FRAGELI. Em razão disso, solicitou à APPA que desse informações do assunto.

Em resposta, o Superintendente disse ter tomado conhecimento da pauta no dia anterior à reunião e que foi feita apresentação pelo Almirante, na ASSUMAR e quando tiver preparado vai pedir pauta para discutir.

5. Posição Atual do Fundo de Dragagem e Andamento das Providências para Serviços de Dragagem.

Sobre o Fundo de Dragagem informou que a Receita do Fundo monta R\$ 5.285.053,14 - despesa: penhora judicial R\$ 764.993,49 - pagamento a DHN R\$ 334.943,35 - saldo 4.185.116,30.

Completando a informação sobre a posição do Fundo de Dragagem o Sr. Superintendente disse que a licitação foi homologada pelo Sr. Governador, e que a BOSKALIS foi chamada para a assinatura do Contrato e a partir do próximo dia 25 desencadeia todo o processo de dragagem com o deslocamento dos equipamentos, que tem um prazo de 30 dias. Disse que é intenção pagar a primeira parcela de dragagem com dinheiro da APPA a fim de cobrir a penhora.

Pelo trabalho do DHN, a parte mais afetada é a bacia de evolução e não o canal da Galheta.

Depois de posse de uma posição mais concentrada o Conselheiro disse que vai sugerir uma linha de ação ao CAP, tendo em vista que quem paga a dragagem são os empresários.

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho destacou a forma brilhante como o Superintendente expôs ao Presidente paraguaio e seus ministros as condições do nosso porto e com destaque aos problemas de calado cuja redução foi realçada pela imprensa. Disse ser importante nessa hora que se busca a recuperação da

nevegabilidade do Porto, seu canal de acesso e Bacia de Evolução, “vender” a imagem do porto em termos nacionais e internacionais, conforme observou o Conselheiro Frisoli, que disse ser perguntado a respeito frequentemente por Armadores do exterior.

Completando o Superintendente disse que a largura do Canal da Galheta vai passar para 250 metros e isso vai ter que fazer baixar o custo de Praticagem e que até o final do Governo Jaime Lerner a intenção é ter um porto para 45 pés.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan invocando a Lei disse ser obrigação da APPA de fazer divulgação do calado.

6. Reajustes de Tarifas Portuárias

O Superintendente da APPA lembrou que já fez ao CAP uma palestra onde demonstrou necessidade de se adequar a tarifa portuária a uma realidade consentânea com a idéia de modernidade. A intenção é avançar no sentido de ter o mesmo custo durante as 18 horas. Comentou que a APPA possui, inclusive tarifas defasadas cuja operação é extremamente prejudicial ao porto. O Superintendente afirmou que, pelo que tem ouvido é temerário apresentar um estudo nessas condições posto que ele corre o risco de não ser aprovado. Nessas condições prefere que o CAP aprove os 32,88% dados pelo Governo Federal.

O Sr. Presidente alertou que 32,88% é o valor máximo que o Porto deverá reajustar. Mais do que este valor, não. Contrapondo a declaração do Sr. Conselheiro e Superintendente que disse ter conversado com o Ministério dos Transportes, recebendo a informação de que se o CAP homologar uma correção maior do que a autorizada pelo governo, não seria problema. O Presidente insistiu que o máximo é 32,88%. Como não participou dos entendimentos relativos ao assunto vai consultar o Ministério dos Transportes, que se confirmar o que disse o Superintendente, traz ao conhecimento do CAP.

O Conselheiro Frisoli sugeriu que a APPA se adequasse a nova estrutura tarifária já aprovada pelo CAP fazendo, inclusive simulações nela.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan dizendo que o Conselho estava discutindo duas coisas diferentes, reportou-se a Portaria Ministerial nº 354/95 de agosto dizendo que ela fez o que o Governo Federal está fazendo com a tarifa dos Serviços Públicos, reajustando aquilo que for defasado pela inflação. É o que já deveria estar implantado no Porto de Paranaguá desde o mês de maio. Há 4 meses o porto não está reajustando a tarifa, continuou o Conselheiro, que deveria reajustar como todo o governo. O Porto está perdendo dinheiro há 4 meses. Isso não é aumento, é simplesmente reajuste em razão da inflação ocorrida em 12 meses.

A segunda situação é o estudo feito pela APPA que está vinculada à tarifa do Porto que tem que ser discutida numa reunião específica.

Em aparte o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli contestou a linearidade defendida pelo Conselheiro Pedrinho Furlan e José Carlos Gomes de Carvalho, de 32,88% e aproveitou para ler a correspondência da Bahia onde o Governo, no CAP refluíu de sua intenção de aplicar o percentual determinado, em razão dos reflexos negativos do mesmo.

O Conselheiro Silvio Gori disse que a Portaria Ministerial foi uma ingerência na modernização dos portos, lembrou que a nova estrutura tarifária já foi aprovada e que o porto poderia ter se adequado aos valores do custo.

Por sua vez o Superintendente enfatizou ser premente a necessidade de se desvincular o que a APPA cobra do usuário, do seu custo.

O Conselheiro Luiz Phillippe de Oliveira Figueiredo, disse que desvincular a tarifa do mercado e do custo portuário é um procedimento correto da APPA.

O Superintendente da APPA solicitou, face as colocações, como medida preventiva a aprovação do percentual determinado pelo Governo Federal de 32.88%.

Depois de extensa discussão inclusive propostas feitas pelo Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho com apoio do Bloco dos trabalhadores e diante da resistência das posições, o Bloco dos Operadores através do Conselheiro Silvio Gori pediu a suspensão da reunião para que seus componentes pudessem discutir em sala separada a questão do reajuste tarifário.

No reinício dos trabalhos o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho considerou que no CAP todos estavam falando a mesma língua sugerindo que o Superintendente apresentasse em 30 dias o seu estudo como proposta de consenso.

O Conselheiro Luis Phillipe pediu mais 30 dias a fim de que o Conselho possa aprovar um modelo tarifário mais moderno, que elimine os absurdos e que, inclusive facilite a vida do Porto. O Sr. Presidente aparte disse que 15 dias seriam suficientes e permitiriam ao CAP consultar o Ministério dos Transportes sobre as afirmações do Sr. Superintendente que disse ter ouvido daquele Ministério "se na negociação com o CAP achar que ele aceita qualquer coisa fora dos 32,88%, não há problema".

O Conselheiro e Superintendente insistiu na aprovação do percentual de 32.88% ficando para depois a adequação. O Superintendente considerou a perda que a APPA está tendo sem a aplicação do índice.

Em virtude da importância do assunto o Conselho decidiu marcar uma reunião extraordinária para tratar de Tarifa Portuária para o dia 02.10.95.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan sugeriu a colocação na pauta da reunião extraordinária inclusão da questão suscitada com o aforamento da área utilizada pela Centro Sul Serviços Marítimos.

O Conselheiro Julio Monteiro manifestou sua apreensão em relação à uma grande área que estaria sendo pretendida pela Latin American e quis saber do Sr. Presidente se existe algo de concreto e obteve do Sr. Superintendente da APPA que não existe nada. Que não foi feito o aforamento, inclusive pela desistência desse grupo empresarial.

7. Aprovação dos Capítulos Finais do Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina

O Sr. Presidente informou que os capítulos finais do Regulamento já foram preparados pela Comissão designada ficando apenas dependente dos capítulos às Penalidades e Disposições Gerais que já foram passados pela APPA e que vai fazer uma nova reunião com a Comissão para analisar. Nessas condições o regulamento a partir daí estará completado. Em seguida será feita uma revisão e o presidente destacou a necessidade desse Regulamento.

O Sr. Presidente reportou-se ainda às Normas Reguladoras do Operador Portuário solicitando que a mesma Comissão que está elaborando o Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina faça esse trabalho. Foi aprovada a solicitação. Foi aprovada, também, o Capítulo IX - do Arrendamento de Instalações Portuárias compreendidas numa numeração que vai de 1 a 21 e mais as letras a, b, e c no nº 1; a e b no nº 15; a e b no nº 20 e a, b, c d e f no nº 21 do Regulamento de Exploração dos Portos.

8. Designação dos Conselheiros do CAP

O Sr. Presidente considerou empossados, cumpridas as formalidades legais os seguintes Conselheiros, Carlos Antonio Tortato, Mario Natal Balera, Nilson Viana,

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

José Silvio Gori, Milton João Machiavelli, Carlos Roberto Frisoli, José Carlos Possas, Arivaldo Barbosa José, Antonio Jairo Matoso, Carlos de Oliveira Velha Filho, Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira Macário da Cruz, Wilmar da Cruz Silva, Wilson Nascimento Freitas, Pedrinho Antonio Furlan, Julio Monteiro de Souza, José Carlos Gomes de Carvalho, José Luiz Boabaid, Edgard Wehmuth Ragonha, José Roberto de Almeida Correia, Pedro Antonio Bueno de Camargo, João Gilberto Cominese Freire, Clovis de Mello, José Arnaldo Reichert.

Em seguida o Sr. Presidente pôs em discussão os ofícios da APPA ao CAP e ao Secretário Executivo do GEMPO.

Dada a palavra ao Sr. Superintendente, este fez questão de salientar que pode parecer aos menos avisados que está havendo uma divergência entre o Sr. Presidente e o Superintendente. Disse ter pelo Sr. Presidente admiração e não há divergência pessoal e sim uma divergência de postura em relação aos desígnios do CAP.

Depois disse que com o advento do GEMPO as coisas surgem mais do GEMPO para CAP do que do CAP para GEMPO, entendendo que a relação do Capitão dos Portos com o Secretário Executivo do GEMPO está trazendo uma subordinação do CAP ao GEMPO. Para o Superintendente o CAP é soberano em Paranaguá.

Por ocasião dos ofícios recebidos por ele na condição de Superintendente sentiu que havia conflitos entre o Capital e o Trabalho - dois blocos do CAP - e que deveria haver uma reunião do CAP para se posicionar sobre isso e participou ao Sr. Presidente que iria pedir uma reunião extraordinária, tendo recebido como resposta que não haveria possibilidade de realizar tal reunião em virtude de seu comparecimento na reunião do GEMPO.

Tendo em vista que o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto não havia sido aprovado, ninguém tem de estar falando a respeito dele e acha o Superintendente que qualquer coisa que tenha relação ao Conselho deve ser submetido a ele pra verificar se é pertinente ou não.

Pedindo que fosse analisado pelo CAP o Superintendente leu o Ofício nº 442/95 de 06.09.95 no qual é pedida reunião extraordinária com a seguinte pauta: - tomada de posição do Conselho em relação aos acontecimentos envolvendo o Bloco dos Trabalhadores e Bloco dos Operadores Portuários; - Tomada de posição do Conselho em relação a autonomia do CAP de Paranaguá e Antonina tendo em vista a situação "sui-generis" do Estado do Paraná ser concessionário da União e agora passar a ter subordinação direta das deliberações do GEMPO sem participar de suas discussões.

- A APPA sendo única Operadora Portuária, não ser filiada ao SINDOP e, por consequência, também não ser filiada à FENOP, não estar participando das discussões envolvendo este assunto.

- Independência do Presidente do CAP em promover palestras, tomar decisões e emitir definições sobre o Complexo Portuário, sem que, essas circunstâncias tenham sido oriundas de reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho como preconiza a Lei 8630.

Para o Superintendente o Presidente do CAP é o seu porta-voz, depois fez considerações diversas sobre as palestras feitas pelo Sr. Presidente manifestando-se contra.

Em seguida o Sr. Superintendente leu telefax que encaminhou ao Secretário Executivo do GEMPO datado de 06.09.95 onde são feitas colocações sobre a concessão do Porto dada ao Governo do Estado, as diretrizes do GEMPO que não considerou as concessionárias da União, e sobre as condições da APPA que é Operador Portuário e sobre o CAP que não vem sendo chamado a participar das reuniões do GEMPO, a não ser através do Presidente.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Ao final disse estar pedindo reunião extraordinária para analisar esses pontos.

Em seguida o Sr. Conselheiro leu resposta do GEMPO encaminhado a ele e à Capitania dos Portos

Depois de longas considerações sobre a concessão onde destaca que as diretrizes do Governo Federal são auto-aplicáveis aos concessionários; a afirmação de que não conhece nenhum fato que envolvesse a autonomia do Paraná; que o GEMPO foi criado para coordenar as providências necessárias à modernização dos portos; que o CAP não tem poderes para intervir nas negociações capital/trabalho; que as atribuições normativas e fiscalizados são claras; que não concorda com as posições publicamente enunciadas por qualquer membro do CAP não devem refletir opiniões pessoais etc..., o ofício do GEMPO encerra manifestando o desejo de colaborar com a APPA e contribuir para que o seu diálogo com o CAP se processe de forma construtiva.

Após a leitura da resposta o Superintendente leu ofício nº 465/95 onde novamente é reclamado a não realização da reunião extraordinária e é feito pedido para colocar em pauta os assuntos que relata.

O Sr. Presidente em resposta disse que o ofício que recebeu da APPA estava datado de 06.09.95 e a reunião era para o dia 08.09.95 com o dia 07 (feriado) entre as duas datas.

Depois informou de acordo com o Regimento Interno que os pedidos para reuniões extraordinárias devem ser feitos pelo Presidente ou por um dos Blocos. Não foi o caso.

Como não tem assessoria Jurídica de forma que pudesse responder às posições do Superintendente, o Sr. Presidente informou a este que buscaria orientação do GEMPO.

Sobre as palestras disse que em nenhum momento emitiu opiniões a respeito da APPA ou do Governo do Estado e que os pronunciamentos desde o ano passado são uma visão estratégica futura apenas, não planos ou projetos.

Acha que de uma forma ou de outra tem contribuído para uma visão estratégica dos terminais de Paranaguá e Antonina, e que isso não se confunda com invasão em áreas ou atribuições de quaisquer setor ou órgão competente.

Depois o Sr. Presidente lembrou suas palavras no discurso de posse que está de acordo com seus atuais pronunciamentos e que na ocasião recebeu dos conselheiros do CAP vários pronunciamentos de apoio.

Que o que tem procurado transmitir é uma visão macro, uma visão otimista, de futuro e algumas posições emitidas no ano passado vão se confirmando. Nosso porto vai para 41 pés; Antonina que estava inoperante, volta a operar com nova tecnologia. Que não existe nenhuma subordinação do CAP ao GEMPO e que quem é convocado para reuniões daquele Grupo é o Capitão dos Portos.

Tornando a palavra o Superintendente lembrou que o início de tudo foi ter visto na televisão uma arqueóloga dando entrevista criticando o Porto de Paranaguá e defendendo um porto em Pontal do Sul. Deu essa entrevista baseada em colocações do Sr. Presidente em palestra na Universidade Federal. Que o Presidente do CAP não é superior ao Conselho.

O Presidente do Conselho diante das colocações do Sr. Superintendente a respeito das palestras realizadas, solicitou manifestação dos Blocos para darem o seu parecer. O Bloco dos Trabalhadores na pessoa da Conselheira Maria do Socorro disse que espera que haja harmonia entre as partes, cada uma respeitando seu espaço; o Bloco dos Operadores através da palavra do Conselheiro Sivio Gori disse que as

informações dos jornais não refletem o que a autoridade falou e participa da posição da Conselheira Maria do Socorro.

Reafirmou que a posição é pessoal e não do Bloco dos Operadores.

O Conselheiro Cominese reafirmou que o que está escrito no jornal não condiz com o que foi dito na palestra.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan falando em seu nome e do seu Bloco disse de sua preocupação com a situação mas, compreende a posição do Superintendente da APPA. Reitera a preocupação do Bloco em relação ao problema e da necessidade de uma harmonia entre as partes e destacou a coragem do Superintendente na administração da APPA. O Bloco do Poder Público na pessoa do Prefeito Carlos Antonio Tortato manifestou-se preocupado pela harmonia entre as autoridades mas expressou que sua vivência política tem ensinado a importância que tem uma opinião emitida sobre a sua área de atuação. Disse na continuação concordar com o Superintendente porque muitas vezes colocações feitas a respeito da administração e publicadas nos jornais ou ditas na televisão causam um problema administrativo.

Depois destacou o grande trabalho desenvolvido pelo Comandante Calazans na Capitania dos Portos pela abertura que ele deu e da forma como a capitania se inseriu na comunidade local. Concluiu que quem fala pelo Porto de Paranaguá é o Superintendente.

A Conselheira Maria do Socorro em aparte disse ser melhor para o porto, por uma questão de marketing a unificação da linguagem.

A seguir por solicitação do Superintendente o Sr. Presidente concedeu a palavra aos Diretores da APPA.

O Sr. Lourenço Fregonese, Diretor Empresarial disse que na vida não se pode servir a dois senhores, que o superintendente tem tido um trabalho enorme para conduzir a APPA e que as colocações feitas nos jornais foram prejudiciais a esse trabalho e a imagem do governo, do porto e da atual administração.

O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, Diretor Técnico, dizendo que veio da iniciativa privada não estava acostumado com situações como esta e que na iniciativa privada tem alguém que comanda e faz a coisa acontecer; disse que houve uma superposição de opiniões, criando todo esse constrangimento e confusão.

O Sr. Joaquim Vanhoni Neto, Diretor Administrativo disse, que nas questões envolvendo o CAP e o GEMPO não lhe cabe discutir e que na condição de diretor tem de se ater apenas a questão que envolve a APPA. Disse que fazia suas palavras finais do Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan e as palavras do Prefeito Carlos Antonio Tortato.

O Sr. Presidente complementando disse que desde que chegou a Paranaguá há 15 anos atrás para trabalhar no Canal da Galheta pelo caminho à cidade desejou vir prá cá servir a comunidade marítima. Que em nenhum momento pensou em se contrapor a quem quer que seja e que assume um compromisso, como Presidente do CAP em não mais participar de palestras e não mencionar mais, nada sobre portos e terminais etc. e que vai pautar suas ações no desenvolvimento portuário e para a concretização das ações da lei 8630.

O Sr. Superintendente insistiu que não ouviu dos Blocos manifestação dos 5 (cinco) assuntos propostos por ele no ofício nº 465/95:

1. Tomada de Posição do Conselho em relação aos acontecimentos ocorridos envolvendo o Bloco dos Trabalhadores Portuários;

2. Tomada de Posição do Conselho em relação à autonomia do CAP de Paranaguá e Antonina tendo em vista a situação "sui-generis" do Estado do Paraná ser

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

concessionário da União e agora passar a ter subordinação direta às deliberações do GEMPO sem que tenha participado das discussões;

3. A APPA, sendo única que executa operações portuárias não sendo filiada ao SINDOP e, por consequência, também não sendo filiada à FENOP, não estar participando das discussões envolvendo o assunto;

4. Independência do Presidente do CAP em promover palestras, tomar decisões e emitir definições sobre o Complexo Portuário sem que estas circunstâncias tenham sido oriundas de Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias do Conselho como preconiza a Lei 8.630;

5. Validade da não convocação de Reunião Extraordinária pelo Sr. Presidente do CAP por solicitação de Conselheiro, contrariando seu Regimento Interno.

Em seguida enfatizou não ter qualquer problema pessoal com o Sr. Presidente como pode parecer.

Em razão dessa posição, o Sr. Presidente disse que pelo Regimento Interno do CAP quem pede reunião extraordinária ou é o seu Presidente ou um dos Blocos, portanto se há interesse de qualquer dos integrantes do Conselho numa Reunião Extraordinária que o pedido seja feito através do seu Bloco.

Esse argumento apenas, tornaria sem objeto o ofício nº 465/95 da APPA. Todavia, face as discussões foi votado o item nº 1 e, por unanimidade foi aprovado que o CAP não deve tomar posição na relação Capital/Trabalho, como enfaticamente destacaram os Conselheiros Carlos Roberto Frisoli, pelo Bloco dos Operadores Portuários e Antonio Jairo Matoso pelo Bloco dos Trabalhadores.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan corroborando disse que só em casos excepcionais o CAP se manifesta.

Sobre a independência do Presidente em promover palestras, a manifestação ao colegiado por parte do mesmo torna prejudicada a retomada do assunto. A respeito da validade ou não da convocação de Reunião Extraordinária, objeto do item 5, também está prejudicado pelo que determina o Regimento Interno do CAP. Sobraram apenas os itens dois e três. O Sr. Presidente, então, sugeriu ao Bloco do Poder Público que se reuna e decida se inclui ou não esses assuntos para uma próxima reunião.

Antes do encerramento o Superintendente lamentou a não votação do percentual de 32.88% do reajuste tarifário pois isso representa uma perda irreparável à APPA e aos seus propósitos.

O Sr. Presidente informou que esse assunto seria tratado na reunião extraordinária do dia 02.10.95.

No encerramento agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião marcando a próxima para o **dia 27. de outubro de 1995 às 10:00 horas.**

- Ivany Marés da Costa
- Fausto Calazans de Toledo Ribas Junior
- José Anibal Petráglio
- Lourenço Fregonese
- Carlos Antonio Tortato
- Luiz Ivan de Vasconcellos
- Nilson Viana
- Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo
- José Silvio Gori

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Milton João Machiavelli
- Carlos Roberto Frisoli
- José Carlos Possas
- Arivaldo Barbosa José
- José Arnaldo Reichert
- Antonio Jairo Matozo
- Carlos de Oliveira da Velha Filho
- Wilson Moraes da Silva
- Maria do Perpetuo Socorro de O. M. da Cruz
- Wilmar da Cruz Silva
- Pedrinho Antonio Furlan
- Julio Monteiro de Souza
- José Carlos Gomes de Carvalho
- José Luiz Boabaid
- José Roberto de Almeida Correia
- João Gilberto Cominese Freire